

Bispo critica partidos

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes, em palestra ontem para a Comissão Mista do Congresso Nacional defendeu uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. Para ela, os deputados e senadores que irão ser eleitos em 86 não podem ser também responsáveis pela elaboração da nova Carta Magna, porque se assim for, a Constituição elaborada na Nova República já nascerá morta. Isso fundamentalmente devido à falta de credibilidade da população nos partidos políticos. Os constituintes, em sua opinião, deveriam ser representantes dos segmentos sociais que tivessem o único objetivo de elaborar a Constituição, e uma vez terminado esse trabalho, voltariam às suas atividades normais.

D. Luciano defendeu ainda a necessidade de que se marque um teto máximo para os gastos eleitorais no processo de escolha dos constituintes, porque a sociedade está «arta de ver dinheiro mal gasto com propagandas eleitorais e cartazes» ao invés de ser destinado para as necessidades mais urgentes da população. De acordo com o secretário-geral da CNBB, as eleições têm atrelado a política do País àqueles que têm condições de pagar pela campanha eleitoral.

De acordo com o representante da Igreja, a história brasileira tem sido profundamente elitizada, e somente agora apareceu a oportunidade do povo ter realmente a possibilidade de participar do processo de elaboração da nova Carta Magna. Para D. Luciano, é necessário que se consigam abrir os canais para os anseios populares serem conhecidos. Da forma como está sendo cogitada a Constituinte, de acordo com ele, ela não corresponderá à expectativa da sociedade, por ser uma convocação exclusivamente, dando aos parlamentares os poderes constituintes. Como a instituição política está sem credibilidade, dificilmente o povo concordará com o que for decidido pela Assembleia.

D. Luciano disse ainda que estava apenas apresentando as idéias que lhe foram explicitadas pelo povo nas reuniões em que participa. E, fundamentalmente, a população quer que a Constituinte dê de fato garantias democráticas e de igualdade de direitos.